MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O PETRÓLEO COMO ELO ENTRE O SUDÃO DO SUL E A CHINA[1]

ANDRÉ VALENTE MAIA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais
da Universidade Federal, Porto Alegre (RS), Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7062-2524
andrevmaia@gmail.com

SILVIA FERABOLLI
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora adjunta do Departamento de Economia e Relações Internacionais e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0589-3998
silviaferabolli@gmail.com

Resumo: Esse artigo objetiva investigar a evolução das relações entre o Sudão do Sul e a China tendo como fio condutor a triangulação complexa entre o desenvolvimento da indústria petrolífera no Sudão, o processo de independência sul-sudanês e os interesses energéticos chineses na região. Para atingir tais objetivos, inicialmente, serão apresentados e discutidos os pressupostos da teoria da "Fragilidade Estatal", sobre os quais se assenta esse artigo. Em seguida, serão descritas e analisadas as condições do desenvolvimento do setor petrolífero no Sudão, o envolvimento da China no processo de independência do Sudão do Sul, e seu papel decisivo para que os líderes do movimento de independência se mantivessem no poder no pós-2011. Finalmente, na conclusão, será discutido o papel das commodities estratégicas e da China na consolidação estatal de novos Estados africanos.
Palavras-Chave: China; Sudão do Sul; Petróleo.

EL PETRÓLEO COMO ENLACE ENTRE SUDÁN DEL SUR Y CHINA

Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar la evolución de las relaciones entre Sudán del Sur y China, que tiene como conductora, una triangulación compleja entre el desarrollo de la industria petrolera en Sudán, el proceso de independencia y los intereses energéticos chinos en la región. Para lograr estos objetivos, inicialmente, se presentarán y discutirán los presupuestos de la teoría de la "Fragilidad del Estado", en la que se asienta este artículo. En seguida, se describirán y analizarán las condiciones del desarrollo del sector petrolero en Sudán, la participación de China en

[1] Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no I Seminário de Ciência Política da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) nos dias 22 e 23 de agosto de 2019.

el proceso de independencia de Sudán del Sur y su papel decisivo para que los líderes del movimiento por la independencia permanezcan en el poder después de 2011. Finalmente, en la conclusión, se discutirá el papel estratégico que tienen las materias primas y China en la consolidación estatal de nuevos estados africanos.
Palabras Clave: China; Sudán del Sur; Petróleo.

OIL AS A LINK BETWEEN SOUTH SUDAN AND CHINA

ABSTRACT: This article aims at investigating the evolution of the relations between South Sudan and China having the complex triangulation among the development of the oil industry in Sudan, the process of South Sudanese independence and the Chinese energy interests in the region as the guiding thread. In order to achieve this objective, initially, the assumptions of the "State Fragility" theory, on which this article is based, will be presented and discussed. Next, the paper will describe and analyse the conditions for the development of the oil sector in Sudan, the Chinese involvement in the process of South Sudanese independence, and the decisive role China has had for the leaders of the independence movement to remain in power in the post-2011 period. Finally, the conclusion discusses the role of both the strategic commodities and China for the state consolidation of new African states.
Keywords: China; South Sudan; Oil.

石油是南苏丹和中国之间的纽带

摘要 本文旨在以苏丹的石油工业发展、南苏丹独立进程和中国在该地区的能源利益之间的复杂三角关系为指导，研究苏丹与中国关系演变。为了实现这一目标，一开始，本文将介绍和讨论所基于的“国家脆弱性”理论的假设。接下来，将描述和分析苏丹石油领域的发展条件、中国对南苏丹独立进程的参与以及中国在2011年后期时对独立运动领导人继续执政所起的决定性作用。最后，结论探讨了战略商品和中国在新非洲国家的国家合并中的作用。
关键字：中国。南苏丹。油。

Introdução

O Sudão do Sul é um país localizado no nordeste africano que conquistou sua independência em 2011. A partir de sua fundação como Estado independente do antigo Sudão, passou a ganhar evidência regional e internacional devido a algumas características que nenhuma sociedade almeja. O mais jovem país do mundo enfrenta as mazelas da corrupção endêmica (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2019), da grande dependência das receitas do petróleo e da boa vontade dos países vizinhos (principalmente do Sudão) para o escoamento de sua produção, já que não tem

acesso ao mar. Além disso, quase metade da população não tem acesso à água potável e enfrenta problemas severos de segurança alimentar (KOFFI e GAMA, 2018). A maior parte de sua história recente pode ser narrada a partir da perspectiva das disputas políticas e guerras civis, dificultando ainda mais o estabelecimento das condições necessárias para o desenvolvimento econômico do país. A carência de gêneros alimentícios e outros produtos básicos, além daqueles industrializados, são sanados via importações. A ausência de uma infraestrutura básica (como portos, rodovias, sistemas de água e esgoto e energia elétrica) e a perenidade dos conflitos armados dificultam o processo de industrialização e impossibilitam a atividade agrícola. Esse foi o cenário encontrado pelos chineses quando realizaram os primeiros investimentos no Sudão no final dos anos 1990 – situação essa que pouco foi alterada desde então.

Com o objetivo de descrever e analisar a evolução das relações entre o Sudão do Sul e a China a partir do fio condutor da triangulação complexa entre o desenvolvimento da indústria petrolífera no Sudão, o processo de independência sul-sudanês e os interesses energéticos chineses no Sudão, esse artigo busca apoio nos pressupostos da teoria da "Fragilidade Estatal", especialmente conforme proposto por Stewart e Brown (2009) e Dix et al (2012). Para sustentar o argumento de que durante os anos formativos da nova República do Sudão do Sul o petróleo e a China foram cruciais para a evolução econômica do nascente país, seguiremos a seguinte lógica de trabalho: inicialmente, será feita uma revisão da literatura sobre a questão da "Fragilidade Estatal"; nas três seções seguintes, serão descritas e analisadas as condições do desenvolvimento do setor petrolífero no Sudão, o envolvimento da China no processo de independência do Sudão do Sul, e seu papel decisivo para que os líderes do movimento de independência se mantivessem no poder no pós-2011; a conclusão traz uma discussão necessária sobre o papel das commodities estratégicas e da China na consolidação estatal de novos Estados africanos.

O Conceito de Fragilidade Estatal

Diversos termos já foram utilizados para descrever os problemas que ameaçam, questionam e rivalizam com o poder do Estado, ou então da incapacidade deste de fornecer os serviços considerados básicos, como o controle das fronteiras, um sistema

de justiça e segurança, suprimento de água, alimentação, saúde pública, educação, etc. Dentre estes termos destacam-se aqueles de “Estados colapsados”, “Estados afetados por conflitos”, “Estados falidos”, “Estados em falência”, “Estados da máfia”, “Estados desonestos”, “Estados devastados pela guerra”, “Estados em risco de instabilidade” (ROBERTS, 2015). Exatamente por terem grandes variações entre si, esses conceitos nunca foram consensuais na literatura. Porém, a partir da década de 1990, o termo “Estado Frágil” passou a adquirir destaque no discurso que trata sobre desenvolvimento. Segundo Ferreira (2015), a proeminência do termo se deve a uma mudança na visão de organizações internacionais e acadêmicas acerca da segurança global e humana, a qual correlaciona conflito e desenvolvimento. A autora aponta a dissolução da União Soviética e suas instituições como um momento de maior preocupação das organizações internacionais quanto às possíveis implicações para o cenário interno desses países recentes e também para a segurança internacional. Da mesma forma, os ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, contribuíram para que novas interpretações sobre a relação entre subdesenvolvimento e conflito emergissem. Este é o contexto de emergência de uma visão que ressalta a importância de boas políticas e instituições para o desenvolvimento, a qual passa a ser adotada como parâmetro no direcionamento da ajuda internacional aos países pobres. É nesse contexto que o conceito de “Estado Frágil” se consolida nos meios políticos e acadêmicos internacionais.

Na definição de Stewart e Brown (2009, p. 3), “Estados Frágeis” são aqueles que “estão falhando ou correm o risco de falhar com relação à autoridade, aos diretos de serviços básicos ou legitimidade.” Já para Dix et al. (2012, p. 1) “um Estado em situação de fragilidade, por definição, ainda não estabeleceu um ambiente político e de segurança estável, no qual o governo pode estender sua influência e prestar serviços essenciais em todo território.” Dentre as definições propostas, a performance do Estado na execução de suas obrigações é o foco da análise, entretanto, há divergências na identificação das obrigações e funções do Estado. No trabalho realizado por Ferreira (2016), a autora propõe dividir a literatura entre um grupo focado na eficácia e legitimidade como determinantes da força do Estado, enquanto outro grupo adota uma abordagem tridimensional, na qual se baseia no conceito de autoridade, legitimidade e capacidade do Estado. Segundo a autora, o primeiro grupo, focado na eficácia e legitimidade, está baseado na avaliação de quatro dimensões do

Estado: política, econômica, social e segurança. O segundo grupo, por outro lado, foca nas seguintes três dimensões associadas ao bom funcionamento do Estado: autoridade, a qual se refere à capacidade do Estado aplicar uma legislação sobre a população; legitimidade, que é a habilidade do Estado de garantir uma aprovação pública com relação ao regime de governo e, por último, a capacidade, na qual o Estado mobiliza o seu poder sobre recursos públicos em direção aos fins produtivos (FERREIRA, 2016). Nesse trabalho adotamos a definição mais ampla de "Fragilidade Estatal" proposta por Stewart e Brown (2009) por considerar as dimensões políticas, econômicas, sociais e de segurança. A caracterização do Sudão do Sul como um "Estado Frágil" é amplamente aceita na literatura e nas instituições de ajuda internacional, independente do conceito utilizado.

A preocupação com a fragilidade de determinados Estados, o processo de definição do conceito e a necessidade de identificação levaram à adoção de medidas que possibilitaram a medição e o ranqueamento dos Estados. Dentre as instituições que organizam um *index* com a classificação dos países está a *Fund for Peace*, através do relatório *Fragile States Index Annual Report*[2]. Segundo esta classificação, o Sudão do Sul sempre apresentou um alto índice de fragilidade. Dentre todos os países analisados, sua posição, com relação à maior fragilidade, foi de 4º lugar em 2013, 1ª lugar nos anos 2014, 2015, 2017 e 2018, 2º lugar em 2016 e 3º lugar em 2019 (THE FUND FOR PEACE, 2019).

Cabe ressaltar algumas críticas a esse modelo de análise e classificação. Ferreira (2016) aponta como principal desafio no processo de medição da "Fragilidade Estatal" a diversidade de definições e variáveis de análise existentes, o que desperta críticas, por essas muitas vezes estarem desconectadas das bases teóricas e conceituais, levando a interpretações equivocadas. Para Roberts (2015), a designação de um país como "frágil" tem implicações políticas muito sérias, pois pode ser utilizada como justificativa para intervenções e/ou ocupações militares. Outro ponto importante com relação aos problemas dos usos do termo "Estado Frágil" é que ele pode se aproximar perigosamente do conceito de "Estado falido", o qual sugere o colapso ou finitude completa, ao passo que muitos processos são cíclicos ou transitórios e/ou não atingem a totalidade da sociedade e território do país

[2] Fragile States Index disponível em https://fragilestatesindex.org/

classificado. A similaridade encontrada na literatura entre os conceitos de “Estado Frágil” e “Estado Falido” assenta-se na busca comum em identificar e caracterizar países em que o Estado não é capaz ou não está disposto a desempenhar as principais funções a ele atribuídas. A divergência entre esses conceitos está na origem, no desenvolvimento e no discurso de quem os usa. O conceito de “Estado Falido” foi introduzido por analistas em política externa no início dos anos 1990, em um contexto de Guerra Fria e, após os ataques de 11 de setembro, foi amplamente divulgado pela administração estadunidense e por analistas políticos, especialmente no campo da segurança internacional. Já o conceito de “Estado Frágil” foi disseminado a partir de meados dos anos 2000 por agências, instituições e governos preocupados com o desenvolvimento, assistência humanitária e a construção da paz (NAY, 2013).

O Petróleo no Sudão e sua Relação com a China

O Sudão conquistou sua independência em 1956. Três anos depois, em 1959, reconheceu o governo chinês que havia conquistado o poder em 1949, sendo o quarto país da África a oficializar o reconhecimento. No entanto, pelo menos até a tomada do poder por Omar Al-Bashir, em 1989, a relação entre os dois países se resumiu a contatos esporádicos e sem muita relevância. Além disso, as atividades do setor petrolífero do país até esse momento eram desempenhadas, sem muito sucesso, por empresas oriundas dos Estados Unidos, Canadá e Europa (JOHANSON, 2016).

O golpe de Estado executado pela Frente Islâmica Nacional do Sudão em 1989, que colocou Omar Al-Bashir no poder, resultou em sanções unilaterais por parte dos Estados Unidos sob a acusação de que o novo governo era um patrocinador do terrorismo. As ações aplicadas pelos Estados Unidos, juntamente com os processos forçados de arabização e islamização levados a cabo pelo novo governo, levaram ao isolamento internacional do país (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012). Este distanciamento e as sanções adotadas pelas Nações Unidas e Estados Unidos passaram a afetar a atividade das petrolíferas estrangeiras em território sudanês e o relacionamento do país com instituições de financiamento externo, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, refletindo diretamente na economia do Estado. Somando-se aos problemas externos, o país esteve envolvido em uma guerra civil desde o início dos anos 1980, localizada principalmente na região sul, tornando o

ambiente cada vez mais instável para a permanência das petrolíferas (JOHANSON, 2016). Apesar das consideráveis descobertas de petróleo ao longo dos anos 1980, a guerra civil passou a comprometer a segurança das empresas, levando a Chevron a encerrar suas atividades no país após o assassinato de três funcionários por grupos rebeldes (ALI, 2018).

A extensão e severidade dos problemas enfrentados pelo Sudão levaram o governo a buscar parcerias externas a fim de garantir o suprimento das necessidades do país, tanto em investimentos como em comércio. Neste contexto, a China emergiu como parceiro, aproveitando a oportunidade para realizar seus primeiros investimentos externos no setor petrolífero internacional. A China não era mais autossuficiente em petróleo desde 1993 (ZHA, 2010) e buscava por oportunidades no exterior, tendo realizado o primeiro investimento no Peru naquele mesmo ano (CNPC, 1991-2001). Johanson (2016) afirma que a parceria entre o Sudão e a China era perfeita para ambos os países, já que o primeiro buscava investimentos e o segundo necessitava de recursos naturais. A deterioração das relações com os países ocidentais devido às sanções que lhes foram imputadas levou o regime sudanês a buscar na China a parceria que necessitava. Em 1994, os chineses foram convidados a investir no desenvolvimento do setor petrolífero (SMALL ARMS SURVEY, 2007 apud JOHANSON, 2016). A resposta foi imediata: a China National Petroleum Company (CNPC), finalizou a primeira pesquisa exploratória em um ano e, na medida em que os interesses ocidentais diminuíam, os investimentos chineses se ampliavam (JOHANSON, 2016).

Em 1997, as empresas que ainda estavam presentes no Sudão formaram um consórcio denominado Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC), no qual estavam presentes a CNPC (China), Petronas (Malásia), Sudapet (Sudão) e Arakis (Canadá). Esta última tornou-se Talisman Oil e, em 2003, suas operações no Sudão foram adquiridas pela indiana ONGC Videsh. O controle do consórcio GNPOC era exercido pela chinesa CNPC, a qual possuía 40% das ações (JOHANSON, 2016). Ainda que houvesse petrolíferas no Sudão anteriormente, não havia infraestrutura necessária para o escoamento da produção. Assim, em 1998, a CNPC venceu a licitação para a construção de um oleoduto de 1.500 km ligando os campos de produção de Muglad até o porto de Sudão (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL,

2014). Como resultado, o Sudão tornou-se um país exportador de petróleo em 1999 (DOWNS, 2007 apud JOHANSON, 2016).

Os investimentos, concessões e empréstimos feitos pela China estavam relacionados ao setor petrolífero, porém, não foi unicamente neste setor que o capital chinês foi aplicado. Além de oleodutos, a China foi responsável pela construção de outras instalações, como refinarias, depósitos para estocagem em portos, desenvolvimento de projetos agrícolas e oferecimento de bolsas de estudos para estudantes sudaneses na China. Estima-se que entre os anos 2000-2005 a China destinou ao Sudão o equivalente a USD 5.1 bilhões para projetos de infraestrutura e exploração de novos campos petrolíferos assim como hidrelétricas, redes de transmissão de energia e pesquisas geofísicas (JOHANSON, 2016).

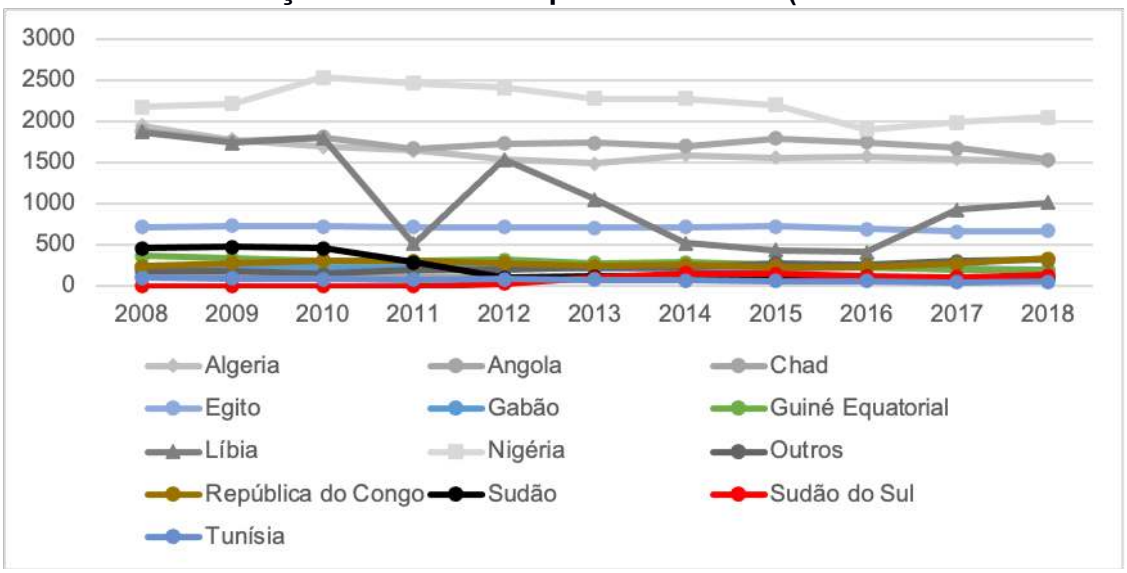
Lamentavelmente, o desenvolvimento da indústria petrolífera no Sudão ocorreu paralelamente a uma guerra civil. Segundo o International Crisis Group (2012), a produção de petróleo propiciou ao governo do Sudão nova fonte de receita, ampliando suas capacidades financeiras e materiais. Isso possibilitou ao governo sudanês reforçar e reprimir com maior intensidade as resistências internas, incluindo conflitos armados, que se originaram a partir de duas frentes, ao sul, onde atualmente é o Sudão do Sul, e ao oeste, na região de Darfur. Posteriormente, o governo foi acusado de promover deslocamentos forçados em massa, e graves violações aos direitos humanos. A intensificação do conflito exigia do governo o dispêndio ainda maior na manutenção das forças e armamentos utilizados nas tentativas de sufocar os grupos de resistência. Neste sentido, o fortalecimento das relações econômicas com a China era fundamental para a manutenção das receitas necessárias para manter o governo no poder. Dada a importância da China, os dirigentes do país buscaram impulsionar e monopolizar as relações com o parceiro asiático, principalmente objetivando impedir o contato dos rebeldes com os chineses. Desta forma, quanto mais o conflito interno se aprofundava, mais o governo buscava ampliar sua receita para intensificar a repressão e, naquele momento, a alternativa que se apresentava mais viável era a expansão da cooperação com os chineses para outros setores, como telecomunicações e armamentos. No âmbito internacional, a China buscou evitar a ampliação de sanções para seu parceiro. Em 2004, a China ameaçou utilizar o seu poder de veto junto a ONU, diante de uma resolução proposta pelos Estados Unidos de ampliar sanções sobre as exportações do petróleo sudanês. O Sudão era acusado

de ser incapaz de garantir a segurança e a proteção de seus cidadãos diante dos conflitos – ou, como alguns analistas insistiam, “o genocídio” – de Darfur. A alteração da postura chinesa só se deu após 108 congressistas estadunidenses enviarem uma carta ao presidente Hu Jintao, na qual solicitavam alterações na política chinesa com relação ao Sudão. Caso contrário, a China enfrentaria retaliações na realização dos jogos Olímpicos de Beijing, previsto para ocorrer em 2008 (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

A posição chinesa diante dos problemas sudaneses se manteve baseada no princípio de sua política externa de não interferência em assuntos internos de outros países. Isso se manteve até que a segurança dos trabalhadores chineses começou a ser ameaçada. Em 2004, dois trabalhadores chineses do setor petrolífero foram assassinados e outros dois sequestrados. Em 2007, uma base em um campo petrolífero foi invadida, resultando na morte de um número até hoje não sabido de soldados sudaneses e no sequestro de outros cinco. O líder do Movimento Justiça e Igualdade, um dos grupos rebeldes na região de Darfur, afirmou que as armas apreendidas durante os ataques eram de fabricação chinesa e que esse mesmo armamento era utilizado na repressão contra o movimento. Essa afirmação evidenciou a proximidade das relações da China com o governo do Sudão, indo além do comércio e investimento no setor petrolífero. A situação ficou ainda pior em 2008 quando nove trabalhadores chineses foram sequestrados e, destes, cinco foram assassinados. O impacto do conflito interno sudanês sobre os interesses chineses ampliava-se, forçando a China a tomar uma posição. Os ataques contra instalações petrolíferas foi uma das estratégias utilizadas pelos grupos opositores como forma de tentar enfraquecer o governo via a redução das receitas oriundas do petróleo, ao mesmo tempo em que despertava a atenção da China para o conflito (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

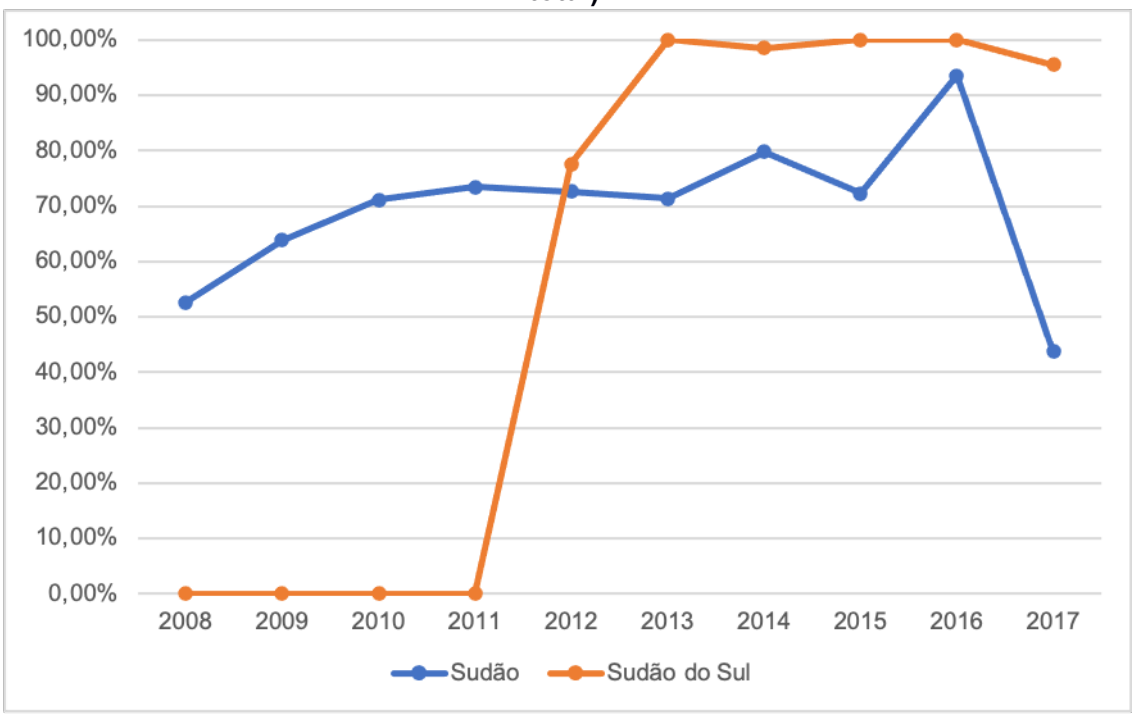
A produção de petróleo no Sudão, iniciada em 1999, triplicou sua renda per capita no período de uma década (EIA, 2018). O país logo se tornou um dos maiores produtores da África, chegando a ocupar a 6ª posição no ano de 2008 e sua produção aproximou-se dos 500 mil barris/dia em 2010, sendo 70% exportada para a China, conforme verificado nos gráficos 1 e 2 abaixo. Além da importante renda obtida com o petróleo, o Sudão ainda contava com o auxílio chinês em projetos de ajuda humanitária, de desenvolvimento e de infraestrutura (JOHANSON, 2016).

Gráfico 1: Produção de Petróleo de países africanos (em milhares de barris/dia)



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir de dados da BP Statistical Review of World Energy 2019.

Gráfico 2: Exportação de petróleo do Sudão e Sudão do Sul para a China (em % do total)



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir de dados da Atlas of Economic Complexity.

Após décadas de conflitos internos, as disputas entre a região sul e o governo, sediado no norte do país, tiveram um fim com a assinatura do tratado de paz em 2005, resultando na realização de um referendo em 2009 que decidiu pela criação de um

novo país, o Sudão do Sul. A independência da região sul afetou significativamente a economia sudanesa, visto que cerca de 75% dos campos petrolíferos produtivos estavam localizados naquela região. Embora independente politicamente, o Sudão do Sul ainda necessitava da infraestrutura sudanesa para escoar seu petróleo para o mercado externo. Logicamente, o governo do Sudão buscou compensar o prejuízo econômico pela perda do petróleo via taxação do Sudão do Sul pela utilização de sua infraestrutura de oleodutos e refinarias (EIA, 2018).

Petróleo e Independência no Sudão do Sul

O movimento de independência no Sudão do Sul teve suas origens no próprio processo de formação do Sudão, mas só obteve êxito em 2011. Durante o período colonial inglês, as regiões norte e sul do território eram administradas independentemente, apesar do reconhecimento internacional de apenas um Sudão, ou Sudão Anglo-egípcio. Os britânicos se basearam nas diferenças culturais e religiosas de um norte árabe e muçulmano e um sul animista e cristão para separar administrativamente a região. O intuito era conter a disseminação da cultura árabe e da religião muçulmana no sul, processo que estava em curso havia séculos, mas que era resistido por esta população (SERI-HERSCH, 2013). Porém, quando a Inglaterra decidiu conceder autonomia ao país, as diferenças culturais foram desconsideradas e foi forjado um único Estado-nação. A porção meridional carecia de representação e suas reivindicações não eram atendidas pelos governantes do norte que adotavam uma forte política de arabização, o que gerava um sentimento de dominação e de colonização interna (IDRIS, 2005). A ausência de representatividade aliada ao descontentamento com relação ao governo levou ao estabelecimento do Movimento de Libertação do Sul do Sudão, em 1971, e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão em 1983 (TROCO, 2018).

Os sentimentos de marginalização se estendiam aos benefícios oriundos das receitas do petróleo, uma vez que, embora a maioria dos campos petrolíferos estivesse localizada na região sul, o controle da distribuição das receitas petrolíferas era exercido pela administração central, localizada em Cartum, no norte do país. Para garantir o controle do setor, o governo construiu toda a infraestrutura de refinarias e instalações para exportação na região norte. Estas questões faziam parte do

manifesto emitido, em 1983, pelo Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão. A ausência de expectativas de participação nos benefícios econômicos gerados pelo petróleo, levou este movimento a radicalizar e a adotar medidas violentas, como ataques contra instalações petrolíferas, contribuindo para o aprofundamento da crise econômica e da instabilidade política, o que levou a Frente Islâmica Nacional, liderada por Omar Al-Bashir, a tomar o poder via um golpe em 1989 (JAMES, 2015).

O conflito se estendeu até 2002, ano de início das negociações para a assinatura do Protocolo Machakos, documento que estabelecia a estrutura para o Acordo de Paz que viria a ser assinado em 2005. O Protocolo Machakos determinava o comprometimento do Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão e do governo de Cartum a trabalhar pela unidade do país e o direito do Sul de optar pela realização de um referendo para decidir sobre sua autonomia (JOHNSON, 2011 apud TROCO, 2018). Além disso, determinava a distribuição das receitas do Estado, principalmente as oriundas dos campos petrolíferos localizados na região sul, entre o governo de Cartum e do agora semiautônomo governo do sul do Sudão (JAMES, 2015). Em 2011 a região sul oficialmente se separou, estabelecendo o 54º país africano, o Sudão do Sul (TROCO, 2018).

Durante a implementação do Acordo de Paz, a China atuou como uma parte influente nas negociações, principalmente naquelas relacionadas à divisão das receitas do petróleo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017; PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). A participação da China nessas negociações possibilitou o contato com os líderes do Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão, antes evitado pelo governo de Cartum. Ainda em 2005, Salva Kiir, um dos líderes do sul, viajou para a China com o objetivo de estabelecer relações entre os dois países. Porém, somente a segunda visita, realizada em 2007, foi considerada por Juba, capital do Sudão do Sul, como o início efetivo das relações bilaterais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012). Concretizar relações com a China era de extrema importância para os líderes do sul, pois viam nessa parceria a possibilidade de atrair investimentos, gerar receitas e impulsionar o desenvolvimento da região, favorecendo o processo de independência. O empenho desses líderes fica evidenciado na entrevista realizada pelo International Crisis Group (2012) com um oficial do governo sul-suldanês em Juba, na qual ele apontou que, durante a segunda visita à China, foi apresentado um

mapa da localização do petróleo e uma cópia do Acordo de Paz assinado, o que teria sido um ponto de virada na política chinesa com relação à região sul. No ano seguinte, o governo chinês estabeleceu um consulado em Juba, ampliando seu engajamento, tanto público quanto privado. Este fato demonstra a utilização do recurso mais abundante na região, ou seja, o petróleo, como ferramenta estratégica na busca por parceiros econômicos.

O Sudão do Sul foi o segundo país da África a conquistar sua independência no período pós-colonial (o primeiro foi a Eritréia, em 1993). Nenhum outro movimento obteve sucesso (TROCO, 2018). O mais novo país africano iniciou sua participação na arena internacional figurando na lista dos países mais pobres do mundo e com extrema dependência das receitas geradas pelo petróleo – a arrecadação do governo é praticamente toda oriunda desta commodity (PARELLO-PLESNER; DUCHÂTEL, 2014). A secessão deixou três quartos das reservas de petróleo do antigo Sudão sob controle do Sudão do Sul, com 3,5 bilhões de barris em reservas, as quais já atingiram o seu pico e cuja tendência tende a diminuir (PATEY, 2017). A produção de petróleo no Sudão foi reduzida em 75%, conforme demonstrado no Gráfico 1. Como visto, mesmo que as reservas e atividades de extração estivessem localizadas ao sul, toda a infraestrutura para transporte, refino e terminais de exportação estava localizada no norte (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012). Isso fez com que o Sudão do Sul se mantivesse dependente do Sudão como única rota para acessar os canais de exportação para o seu petróleo.

As alterações no cenário petrolífero dos dois países ampliaram a tensão e resultaram em desentendimentos, uma vez que o Sudão do Sul necessitava da estrutura do Sudão que, por sua vez, necessitava compensar as perdas de receita do Estado sudanês taxando o uso de sua infraestrutura pelos sudaneses do sul. A opção adotada pelo Sudão foi o estabelecimento de uma taxa para o transporte de USD 32 por barril. Enquanto isso, o Sudão do Sul se propunha a pagar USD 1 por barril transportado. Essa negociação ocorreu em dezembro de 2011, quando o barril do petróleo era comercializado por aproximadamente USD 100. Não havendo um acordo entre as partes, o Sudão passou a confiscar o petróleo originário do sul sob a alegação de compensação dos valores não pagos. O governo de Juba acusou sua contraparte em Cartum de roubo e interrompeu o envio de petróleo, afetando não só suas receitas, mas também aquelas do Sudão e das petrolíferas envolvidas na atividade. O impasse

só foi resolvido após 15 meses de negociações através da intermediação dos chineses (PARELLO-PLESNER; DUCHÂTEL, 2014). Depender do Sudão para o escoamento de sua produção permanece uma questão sensível ao governo do sul.

As incertezas políticas provocadas pela independência do Sudão do Sul desencorajaram investimentos no setor petrolífero, pois a relação com o Sudão era de grande importância para o setor. Como citado anteriormente, o setor petrolífero do Sudão era controlado pelo consórcio de três petrolíferas asiáticas, a China National Petroleum Corporation (CNPC), Videsh e Petronas que, após a divisão do país, também passaram a controlar o setor no Sudão do Sul (PATEY, 2017). Os investimentos chineses no setor, que haviam sido de USD 1,5 bilhão no período 2000-2005, reduziram-se para USD 533 milhões em 2006-2011, e cessaram após 2012 (JOHANSON, 2016).

As fontes de preocupação para o governo desta jovem nação não eram apenas externas. No final do ano de 2013, o então presidente Salva Kiir acusou o seu vice, Riech Machar, de orquestrar um golpe de Estado. O Exército/Movimento de Libertação do Povo do Sudão se dividiu, formando o então Movimento de Libertação do Povo do Sudão em Oposição, tendo como líder Riech Machar (ARMED CONFLICT SURVEY, 2019). O grupo militar fiel a Salva Kiir passou a perseguir os apoiadores de Riech Machar. Para além da política, a disputa passou a envolver questões étnicas. A sociedade do Sudão do Sul é composta por diversos grupos étnicos, sendo os Dinka, apoiadores de Salva Kiir, e os Nuer, apoiadores de Riech Machar, os mais numerosos. Ambos os grupos já possuíam diferenças no âmbito de crenças e ideologias, tornando difícil a aceitação e o trabalho conjunto no governo (XU, 2017). A acusação de planejar um golpe de Estado, adicionado às diferenças já existentes, se expandiu para ataques pessoais e entre grupos, espalhando a violência pelo país e provocando uma guerra civil, que até o ano de 2020 já havia feito quase 400 mil mortos (MEDNICK, 2020).

A guerra civil afetou a produção da indústria petrolífera, refletindo na economia do país, principalmente na receita do Estado, dependente da renda gerada pela comercialização de petróleo. Estes elementos contribuíram para ampliar a fragilidade do Sudão do Sul, uma vez que a desestabilização tem efeitos tanto nas dimensões políticas, quanto nas econômicas, sociais e de segurança. Assim como ocorrido durante a guerra civil de independência, os grupos rebeldes passaram a atacar as

instalações petrolíferas, principal fonte de receita do governo sul-sudanês, a ponto de as petrolíferas adotarem ações de evacuação de seus trabalhadores. A produção em 2015 caiu para um terço dos quase 300 mil barris/dia que eram produzidos na época da constituição do país. Para piorar a situação, o preço do barril do petróleo no mercado internacional passou de USD 100 em 2012 para USD 50 em 2015. Diante da crise financeira, o governo sul-sudanês recorreu às petrolíferas. Segundo dados informados por Patey (2017), as petrolíferas China National Petroleum Corporation (CNPC), Videsh, da Índia, e Petronas, da Malásia, forneceram empréstimos em troca de petróleo no valor estimado em USD 1,6 bilhão no período do início do conflito, em dezembro de 2013, até 2015, quando então negaram novos pedidos por medo de não obterem o pagamento, visto que a situação interna do país era cada vez mais instável.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, órgão regional dos países do Chifre da África, imediatamente após o início do conflito interno no Sudão do Sul entrou em ação buscando desempenhar um papel de mediador entre o governo e os rebeldes a fim de prevenir a atração dos Estados vizinhos para o conflito. Tanto a China quanto muitos países ocidentais apoiaram a iniciativa, porém, os interesses chineses na região fizeram com que a China desempenhasse um papel mais ativo nas negociações (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Apesar do acordo de cessar fogo assinado em 2015, o enfrentamento continuou. Em junho de 2018, por intermediação do então líder sudanês Omar Al-Bashir, as partes conflitantes retomaram o diálogo. Em agosto de 2018, Kiir e Machar assinaram um acordo preliminar, chamado de Declaração de Cartum, que estabelecia o compartilhamento do poder, no qual Machar seria reconduzido ao seu cargo de vice-presidente. O acordo previa uma estrutura para criar um novo governo de transição, além de alterações na estrutura política para acomodar os grupos envolvidos. Em setembro daquele mesmo ano, vários grupos assinaram o Acordo Revitalizado para a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, porém sete deles se recusaram. É importante lembrar que a guerra civil fez com que emergissem dezenove grupos armados de relevância, não incluindo os diversos outros organizados nos vilarejos a fim de garantir a segurança local (ARMED CONFLICT SURVEY, 2019). No final de 2018, nenhuma medida concreta do acordo havia sido implementada. A situação interna ainda hoje é instável. No início de 2020, o então presidente Salva Kiir e Riek Machar, antigo vice-presidente, concordaram na renovação do acordo de paz estabelecido em 2018,

porém, um painel nas Nações Unidas com especialistas alertaram sobre a fragilidade na implementação do acordo, uma vez que há uma forte disputa no controle das forças de segurança e recursos do país (MEMO, 2020). A indicação de candidatos aos governos estaduais é determinante nesse processo de reconfiguração do poder. Em junho de 2020 mais um passo foi dado em direção a estabilização do conflito, os grupos envolvidos chegaram a um acordo para a seleção dos governadores dos dez estados do país. Mesmo que o clima interno pareça estar caminhando para a pacificação, nos primeiros três meses de 2020, 658 pessoas foram mortas e outras 452 feridas devido a conflitos internos (ALJAZEERA, 2020).

Durante a segunda Conferência de Petróleo e Energia da África, realizada em Juba, em novembro de 2018, o ministro do petróleo Ezekiel Lol Gatkuoth afirmou ao jornal The East African que o país está pronto para licenciar qualquer empresa, grande ou pequena, não importando a reputação, nem a origem (BARIGABA, 2018). O governo também tem anunciado a necessidade de apoio financeiro a fim de assegurar a paz e implementar o acordo de 2018 (WEST, 2018). O conflito interno tem agravado a situação econômica do país que, desde 2015, enfrenta sanções aplicadas pelas Nações Unidas, as quais foram renovadas até maio de 2021 (UNITED NATIONS, 2020). Evidencia-se a busca do governo em associar o desenvolvimento econômico com a pauta de pacificação interna.

A Presença Chinesa

Como visto, a presença chinesa no território do Sudão do Sul é anterior à independência política do país. Isso se deve ao fato de que a maior parte dos campos petrolíferos do Sudão pré-2011 localizavam-se naquela região. A partir da formação de uma estrutura política organizada e reconhecida, a aproximação entre chineses e os sudaneses do sul foi se constituindo. Até 2005, a presença chinesa no sul era percebida pela presença de instalações para extração de petróleo, não havendo contato oficial com o movimento de libertação. A assinatura do Acordo de Paz em 2005, além de encerrar o conflito com o Sudão, concedeu uma determinada autonomia à região, dando reconhecimento político ao movimento de secessão. Os representantes chineses passaram a considerar essas lideranças, buscando uma aproximação discreta para não colidir com os interesses de Cartum. Exemplar nesse

sentido foi o envio de funcionários da CNPC para o sul a fim de conhecerem e aprenderem mais sobre o futuro novo governo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

Segundo Parello-Plesner e Duchâtel (2014), a participação da China durante o Acordo de Paz possibilitou uma aproximação com os líderes do Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão. As viagens de Salva Kiir para a China em 2005 e 2007 e a abertura de um consulado chinês na cidade de Juba, em 2008 demonstram essa aproximação. O novo governo buscava desenvolver um relacionamento que mantivesse e ampliasse os investimentos e, ao mesmo tempo, os chineses buscavam estabelecer as conexões políticas necessárias para garantir os investimentos já realizados. Em 2010, o governo chinês enviou uma delegação para a região sul, a fim de averiguar a situação na região (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

Por questões internas, a política chinesa com relação à secessão era a de não aprovação, uma vez que a China possui questões não resolvidas com relação a Taiwan, da mesma forma que Hong Kong e a região de Xinjiang configuram-se como possíveis focos de movimentos em busca de autonomia do governo chinês. Porém, no período da realização do referendo de 2009, que determinou a separação da região sul, o discurso chinês expressava a necessidade da manutenção da paz e do respeito às escolhas do povo. Além disso, o país também contribuiu com USD 500 mil para a realização do referendo e enviou uma equipe de observadores (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Os chineses necessitavam realizar esses movimentos de aproximação para garantir seus investimentos no pós-independência. Na medida em que a data estabelecida para a separação oficial se aproximava, ampliava-se a ajuda chinesa, variando desde a doação de material esportivo até a construção de pontes e hospitais.

A relação da China com ambas as regiões, norte e sul, continuou se fortalecendo. Em 2011, a estimativa era de que havia mais de 10 mil chineses trabalhando em 100 empresas chinesas localizadas nos lados norte e sul do país (JOHANSON, 2016). Com a independência, oficializada em 09 de julho de 2011, muitas empresas chinesas já estavam no Sudão do Sul e, rapidamente, se envolveram no desenvolvimento da infraestrutura nacional, como a construção da Assembleia Legislativa do país e de obras nas áreas de educação e saúde (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

O petróleo do Sudão do Sul tem como principal destino a China, porém, como visto, para que isso ocorra é preciso utilizar a infraestrutura e portos localizados no Sudão. Quando, em 2012, o governo do Sudão do Sul decidiu interromper o envio de petróleo para o Sudão, devido a desentendimentos acerca das tarifas de utilização da infraestrutura sudanesa, essa decisão não só atingiu a própria produção de hidrocarbonetos como também envolveu diretamente os investimentos chineses. A expulsão de um alto funcionário do consórcio petrolífero atuante no país levou a China a imediatamente oferecer ajuda na mediação das disputas, cujo resultado só foi alcançado 15 meses depois (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Os investimentos chineses no Sudão do Sul foram gradativamente envolvendo a China nos problemas internos do país, seja pelo interesse em garantir esses investimentos, seja pela percebida absoluta falta de capacidade do governo sul-sudanês de resolver seus conflitos com o Sudão.

A permanência chinesa no Sudão do Sul exigiu uma custosa resiliência na busca pela resolução dos inúmeros problemas que teve de enfrentar desde que tomou a decisão de investir em solo sul-sudanês. Em dezembro de 2013, pouco mais de dois anos após sua independência, uma guerra civil eclodiu no país. Havia, naquele momento, cerca de 140 empresas chinesas registradas no Sudão do Sul. Informações da embaixada em Juba indicavam a presença de aproximadamente 2.300 cidadãos chineses no país, dos quais em torno de 50% precisaram ser removidos por questões de segurança (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014), uma vez que os ataques por parte de grupos rebeldes passaram a atingir as instalações das petrolíferas e seus funcionários. Mais uma vez, os interesses econômicos chineses estavam ameaçados pela instabilidade interna. No Conselho de Segurança da ONU, em maio de 2014, foi aprovada a resolução S/RES/2155, na qual a China conseguiu incluir como um dos objetivos da Missão de Paz das Nações Unidas que estava em solo sul-sudanês a proteção dos trabalhadores e das instalações petrolíferas. Ao mesmo tempo, advogava contra qualquer forma de intervenção militar unilateral ou troca de regime. Os chineses perceberam uma oportunidade de testar uma nova abordagem para proteger seus interesses, através da qual acreditavam que mostrar respeito, ao invés de exercer pressão ou imputar punições, era a melhor forma de obter cooperação e melhorias na governança (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

A contribuição chinesa para missão de paz da ONU foi a maior realizada até então. Foram 700 soldados e 350 pacificadores desarmados. Mas o apoio chinês não ficou restrito apenas ao âmbito da ONU, visto que também foi destinado USD 3 milhões para a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, envolvida nas negociações de paz (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Segundo Zhou Hang (2014), a ajuda chinesa ao Sudão do Sul havia atingido USD 21 milhões em 2014. A petrolífera chinesa CNPC também contribuiu com USD 2 milhões para a construção de um novo campo de refugiados, já que o governo se recusava a realocar essa população que corria o risco de ser inundada no período das chuvas (PARELLO-PLESNER; DUCHÂTEL, 2014).

O envolvimento chinês no processo de pacificação do Sudão do Sul teve alguns constrangimentos. Em 2014, tornou-se público um contrato da empresa estatal China North Industries Corporation (NORINCO) com o governo sul-sudanês no valor de USD 38 milhões, cujo objetivo era o fornecimento de armas. Segundo declarações de diplomatas chineses, o contrato havia sido assinado antes do início do conflito e que, embora a NORINCO fosse uma empresa estatal, era preciso cumprir com os contratos vigentes mais que com qualquer agenda do Estado. De qualquer modo, a publicidade dada ao contrato provocou a sua suspensão por ser considerado inapropriado (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Segundo o ATT Monitor (2015), a China não foi a única fornecedora de armas – África do Sul e Canadá também estão incluídos na lista.

Apesar do conflito, a presença chinesa no Sudão do Sul englobava petróleo, saúde pública, educação e capacitação, infraestrutura, modernização agrícola, instalações públicas e proteção ambiental (IHIRWE et al., 2018). O envolvimento econômico se traduziu em influência política. O investimento na indústria petrolífera foi quase em sua totalidade realizado pelo consórcio liderado pela China National Petroleum Company, uma vez que se sabia que se a China abandonasse o país a situação econômica do Sudão do Sul se tornaria ainda mais frágil, afetando diretamente as negociações de paz e os investimentos chineses. A pacificação do país favorecia os interesses chineses, o que fez com que o governo enviasse uma mensagem direta para ambos os grupos em conflito:

> se vocês querem que nós permaneçamos, vocês têm que nos manter seguros [...]. No curto prazo, vocês devem pedir para os soldados

> salvaguardar nossos campos de petróleo. No longo prazo, vocês precisam parar a luta e implementar o cessar-fogo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017, p. 17).

A experiência chinesa no Sudão do Sul desafiou um dos princípios de sua política externa, o de não interferência em assuntos internos de outros países. Porém, o embaixador chinês no país afirmou que "o princípio de não interferência não significa ficar parado quando pessoas de um país estão enfrentando um desastre" (HODZI, 2019, p. 195). A presença chinesa em países da África e as crises enfrentadas e as ameaças que representam para os investimentos fez com que o país repensasse sobre quais são as melhores respostas para lidar com estes países. Depois das experiências vivenciadas na Líbia e no Mali, em que a China sofreu grandes perdas financeiras devido à incapacidade de recuperar seus investimentos, assim como a necessidade de adotar ações militares para evacuar seus cidadãos, o caso no Sudão do Sul configura-se como uma mudança na abordagem adotada diante de crises. Segundo Hodzi (2019), a intervenção chinesa no Sudão do Sul tem sido deliberada, proativa e assertiva. Ao não defender uma intervenção militar e buscar a resolução do conflito via missões de paz e auxílio de instituições multilaterais, como a ONU e outras instituições africanas, a China está sendo guiada pelo seu pragmatismo que serve para proteger os interesses do país. Por outro lado, a China se mostrou um parceiro ideal no momento em que o Sudão do Sul sofria pressões internacionais e precisava de investimentos para financiar sua infraestrutura e alavancar sua economia. Através da economia, seria possível desenvolver um ambiente que possibilitasse criar melhores condições nas dimensões políticas, sociais e de segurança, fundamentais para a questão da "Fragilidade Estatal", conforme previsto por Stewart e Brown (2009).

Considerações Finais

A presença chinesa no Sudão do Sul possui uma forte relação com o setor petrolífero. Impulsionados pela necessidade energética, os chineses buscaram oportunidades de investimento no setor. Os campos petrolíferos do Sudão do Sul foram um dos primeiros investimentos externos realizados pelas petrolíferas chinesas. Algumas dessas oportunidades surgiram em países cuja estrutura política era frágil e com um nível de segurança baixo, diminuindo a concorrência com as grandes

petrolíferas ocidentais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Este foi o caso dos investimentos no Sudão nos anos 1990, que desenvolveram o setor petrolífero do país, o qual hoje, em sua grande maioria, está localizado no Sudão do Sul. O petróleo representa a principal fonte de receitas para o governo do Sudão do Sul. Em 2016 era de 90%, correspondendo a 60% do PIB e a 95% das exportações do país (KOFFI e GAMA, 2018). A importância do petróleo evidencia a dependência do governo desse recurso, o qual é exportado quase em sua totalidade para a China. Anos de conflito gerado pela guerra civil intensificaram ainda mais essa dependência e impossibilitaram qualquer desenvolvimento de uma estrutura econômica que ampliasse as condições de geração de renda da sociedade, contribuindo para a expansão de uma economia informal que o Estado não consegue capturar.

Este cenário demonstra o papel desempenhado pelo setor petrolífero na confluência de interesses em comum. Ao passo que os chineses buscavam recursos energéticos, o então Sudão buscava parceiros dispostos a investir mesmo diante das sanções internacionais. Posteriormente, os chineses precisaram se aproximar do movimento separatista do sul a fim de garantir os investimentos realizados, ao mesmo tempo em que o novo governo no Sudão do Sul buscava garantir a continuidade dos investimentos, principalmente na produção petrolífera, principal fonte de receita para o Estado. Na medida em que o processo de paz foi avançando, os investimentos chineses se expandiram para outros setores, sempre em troca do único produto que o Sudão do Sul tem a oferecer – o petróleo.

A existência de campos petrolíferos no território sul-sudanês e o relacionamento com a China contribuíram economicamente para o estabelecimento do Estado do Sudão do Sul, porém, não foi o suficiente para garantir a estabilidade interna do país. Seus problemas políticos, econômicos, sociais e de segurança estão entrelaçados e se retroalimentam, implicando na ausência de resoluções desses problemas de forma duradoura – o que é, ao mesmo tempo, causa e consequência da “Fragilidade Estatal” sul-sudanesa. A presença da China em países africanos dotados de recursos naturais estratégicos tem gerado diferentes impactos socioeconômicos e acirrados debates acadêmico-intelectuais. A crescente demanda chinesa por estes recursos, especificamente o petróleo, aliada à busca por investimentos internacionais por parte da maioria dos países produtores da commodity, faz com que essa relação gere ganhos mútuos, ainda que desiguais. Se,

por um lado, a ampliação das exportações para a China e o aumento do fluxo de investimentos chineses promove a entrada de divisas essenciais para o desenvolvimento dos países, por outro, a excessiva concentração da pauta de exportações em um único produto e para um único comprador, gera e aprofunda novos e antigos problemas de dependência externa e concentra ainda mais renda interna, o que contribuiu para o acirramento das disputas políticas pelo acesso e controle dessas fontes escassas de riquezas. A independência do Sudão do Sul é ilustrativa desse processo, na medida em que os recursos que poderiam contribuir para a estabilização do país são os mesmos que ampliam sua situação de fragilidade. O progresso do país esbarra na incapacidade de construção de um consenso interno capaz de superar as diferenças em prol de um projeto comum, valendo-se da parceria chinesa para construir um Estado unificado e desenvolvido – uma utopia necessária para a consolidação estatal sul-sudanesa.

Referências Bibliográficas

ALJAZEERA. *South Sudan leaders reach key deal on control of states*. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/06/south-sudan-leaders-reach-key-deal-control-states-200617162203652.html> Acessado em 06 de julho de 2020.

ALI, Moawia Ali Musa. China and The Conflict in South Sudan: Security and Engagement. *Journal of Economic, Administrative and Legal Sciences*, v. 2, n. 2, p. 111-128, 2018. Disponível em: <https://www.ajsrp.com/m111217.html>. Acessado em: 18 jun. 2019.

ARMED CONFLICT SURVEY. *6 Sub-Saharan Africa*. v. 5, n. 1, p. 270-356, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23740973.2019.1603979>. Acessado em: 29 jun. 2019.

Arms Transfer to South Sudan. *ATT Monitor*, New York, 30 may. 2019. Disponível em: <https://attmonitor.org/fr/wp-content/uploads/2015/08/ATT_ENGLISH_South-Sudan-Case-Study.pdf>. Acessado em: 15 ago. 2019.

Atlas of Economic Complexity. Disponível em: < https://atlas.cid.harvard.edu/explore>. Acessado em: 09 mai. 2020.

BARIGABA, Julius. Are big boys about to enter South Sudan oil territory? Russian firms lead way. *The EastAfrica*. Nairobi, 27 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.theeastafrican.co.ke/business/Are-big-boys-about-to-enter-South-Sudan-oil-territory/2560-4868458-23wtw4/index.html>. Acessado em: 17 jun. 2019.

BP. BP Statistical Review of World Energy 2019. Disponível em: https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf. Acessado em: 27 jul. 2019.

CNPC. *Major Events: 1991-2001*. Disponível em: < http://www.cnpc.com.cn/en/majorevents/201405/c28a26afebbe4f7cad740a0d6ed29fe8.shtml>. Acessado em: 31 jul. 2019.

DIX, Sarah; HUSSMANN, Karen; WALTON, Grant. Risks of corruption to state legitimacy and stability in fragile situations. *Anti-Corruption Resource Center (U4), Making Integrity Work.* n. 3, May, 2012. Disponível em: <https://www.u4.no/publications/risks-of-corruption-to-state-legitimacy-and-stability-in-fragile-situations/>. Acessado em: 29 ago. 2019.

EIA. *Country Analysis Brief: Sudan and South Sudan*. 2018. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Sudan_and_South_Sudan/sudan.pdf>. Acessado em: 23 jul. 2019.

FERREIRA, Ines A. R. *Defining and measuring state fragility: a new proposal*. The Annual Bank Conference on Africa. Berkeley, 2015. Disponível em: <http://cega.berkeley.edu/assets/miscellaneous_files/109_-_ABCA_2015_Ines_Ferreira_Defining_and_measuring_state_fragility__A_new_proposal_May15.pdf>. Acessado em: 27 ago. 2019.

_____. Measuring state fragility: a review of the theoretical groundings of existing approaches. *Third World Quarterly*, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2016.1257907>. Acessado em: 25 ago. 2019.

HANG, Zhou. China's Emergency Relief to South Sudan. *The Diplomat*. 26 out. 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/10/chinas-emergency-relief-to-south-sudan/>. Acessado em: 15 jul. 2019.

HODZI, Obert. *The End of China's Non-Intervention Policy in Africa*. CHAM: Palgrave Macmillan, 2019.

IDRIS, Amir. *Conflict and Politics of Identity in Sudan*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

IHIRWE, Paula J.; ASEMOTA, Godwin N. O.; BIMENYIMANA, Samuel. Bilateral Trade Analyses Between China and East African Community Countries. *Journal of Marketing and Consumer Research*, v. 46, p. 24-32. Disponível em: <https://www.iiste.org/Journals/index.php/JMCR/article/view/42508/43776>. Acessado em: 21 jun. 2019.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *China's Foreign Policy Experiment in South Sudan*. Asia Report nº 288. Brussels: International Crisis Group, 2017. Disponível em:

<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/288-china-s-foreign-policy-experiment-in-south-sudan.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2019.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *China's new courtship in South Sudan*. Africa Report nº 186. Juba: International Crisis Group, 2012. Disponível em: <https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/186-china-s-new-courtship-in-south-sudan.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2019.

JAMES, Laura M. *Fields of Control: Oil and In-security in Sudan and South Sudan*. Geneva: Small Arms Survey. 2015. Disponível em: <http://www.smallarmssurveysudan.org/fileadmin/docs/working-papers/HSBA-WP40-Oil.pdf>. Acessado em: 21 jun. 2019.

JOHANSON, Daniel. China's Soft Power in Sudan: Increasing Activity but How Effective? In: ZHANG, Xiaoling; WASSERMAN, HERMAN; MANO, Winston. *China's media and soft power in Africa: promotion and perceptions.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

KOFFI, Yobou G.; GAMA, Flavio S. 2018 African Economic Outlook Country Note. *African Development Bank Group*, 2018. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/country_notes/South_Sudan_country_note.pdf>. Acessado em: 21 jun. 2019.

MEDNICK, Sam. After 6 years of war, will peace finally come to South Sudan? Aljazeera, Doha, 23, Fev. 2020. Disponível em: < https://www.aljazeera.com/news/2020/02/6-years-war-peace-finally-south-sudan-200223114919537.html>. Acessado em: 22 mai. 2020.

MEMO, Lasuba. UN: South Sudan Peace Deal in Jeopardy, Again. *Voice of America (VOA)*. Washington, 05 Mai. 2020. Disponível em: < https://www.voanews.com/africa/south-sudan-focus/un-south-sudan-peace-deal-jeopardy-again>. Acessado em: 06 mai. 2020.

NAY, Olivier. Fragile and failed states: Critical perspectives on conceptual hybrids. *International Political Science Review*, v. 34, n. 3, p. 326-341. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0192512113480054>. Acessado em: 28 abr. 2020.

PARELLO-PLESNER, Jonas; DUCHÂTEL, Mathieu. China in deep in the oil-rich Sudans. *Adelphi Papers*, Adelphi Papers, v. 54, n. 451, p. 125-144, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19445571.2014.1047147>. Acessado em: 30 jun. 2019.

PATEY Luke. *A Belated Boom: Uganda, Kenya, South Sudan, and prospects and risks for oil in East Africa*. The Oxford Institute for Energy Studies, WPM 71, May 2017.

ROBERTS, Adam. Fragile States: A Concept with a History. In: THE BRITISH ACADEMY. *Rethinking State Fragility*. London: The British Academy, 2015. p. 26-37. Disponível em: <https://www.thebritishacademy.ac.uk/sites/default/files/conflict-stability-rethinking-state-fragility.pdf>. Acessado em: 27 ago. 2019.

UNITED NATIONS. *Security Council Renews Mandate of Expert Panel Overseeing South Sudan Arms Embargo by 12 Votes in Favour, None Against, 3 Abstentions*. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2020/sc14199.doc.htm> Acessado em 06 de julho de 2020.

SERI-HERSCH, Iris. From One Sudan to Two Sudans- Dynamics of Partition and Unification in Historical Perspective. *Tel Aviv Notes*, v. 7, n. 13, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00911879>. Acessado em: 04 de mai. 2020.

South Sudan rebel leader Machar returns to Khartoum. *Sudan Tribune*. Khartoum, 12 Ago. 2019. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/spip.php?iframe&page=imprimable&id_article=67932>. Acessado em: 13 ago. 2019.

STEWART, Frances; BROWN, Graham. Fragile States. *Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity*, Oxford, Crise Working Paper nº 51, Jan. 2009. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:fb74a3ff-c2fd-4302-82af-c9fb6cf98821/download_file?file_format=pdf&safe_filename=workingpaper51.pdf&type_of_work=Working+paper>. Acessado em: 29 ago. 2019.

THE FUND FOR PEACE. *Fragile States Index*. 2019. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/country-data/>. Acessado em: 29 ago. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perceptions Index*. 2019. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/results>. Acessado em: 20 mai. 2020.

TROCO, Albano Agostinho. Determinants of Successful Secessions In Post-Colonial Africa: The Case of South Sudan. *Brazilian Journal of African Studies*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 55-74, jul./dec. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/download/87062/52366>. Acessado em: 30 jun. 2019.

WEST, Carly. China serves as a stabilizing force in South Sudan's fragile peace. *Global Risk Insights*. 19 set. 2018. Disponível em: <https://globalriskinsights.com/2018/09/china-stabilizing-force-south-sudan/>. Acessado em: 18 jun. 2019.

XU, Hongbo. China's Influence in South Sudan: Prospects and Challenges. *SSRN Eletronic Journal*, Jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3152035>. Acessado em: 21 jun. 2019.

ZHA, Daojiong. Oiling the Wheels of Foreign Policy? Energy Security and China's International Relations. *Asian Security Initiative Policy Series*, Singapore, Working Paper nº 1, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.ourenergypolicy.org/wp-content/uploads/2013/09/MacArthur_working_paper_Zha_Daojiong.pdf> Acessado em: 14 ago. 2018.

Recebido em: 26/05/2020

Aceito em: 18/08/2020